

# **Bemol S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2022 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Bemol S.A.

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bemol S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bemol S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### Base para opinião com ressalva

Os ativos contingentes devem ser avaliados periodicamente pela Diretoria da Companhia para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo deixa de ser contingente e assim, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício em que ocorrer a mudança de estimativa. Conforme mencionado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia obteve decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado referentes a (i) não incidência do PIS/COFINS nas vendas dentro da Zona Franca de Manaus, cujo trânsito em julgado do processo judicial aconteceu em setembro de 2019, e (ii) exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo trânsito em julgado do processo judicial ocorreu em outubro de 2018; cujos ativos e os correspondentes ganhos não foram reconhecidos e/ou foram reconhecidos fora do exercício em que ocorreu a referida decisão.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de principal decorrente desses créditos tributários não reconhecidos nas demonstrações financeiras é de R\$207.284 mil (R\$207.284 mil em 2021 e R\$510.331 mil em 2022), e os correspondentes honorários advocatícios a pagar são de R\$10.364 mil (R\$25.517 mil em 2021 e R\$25.517 mil em 2022), e os efeitos fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são de R\$66.593 mil (R\$61.801 mil em 2021 e R\$164.837 mil em 2022). As atualizações monetárias sobre esses créditos tributários não reconhecidas nessas datas são de R\$224.962 mil (R\$200.380 mil em 2021 e R\$320.860 mil em 2022), e sobre os honorários advocatícios não reconhecidos são de R\$11.248 mil (R\$16.484 mil em 2021 e R\$16.043 mil em 2022).

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

Adicionalmente, em decorrência da decisão de repercussão geral do Superior Tribunal Federal – STF de 24 de setembro de 2021, referente à inconstitucionalidade da incidência do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre os valores correspondentes a atualização monetária (taxa SELIC) recebidos em razão de repetição de indébito tributário, a Companhia efetuou o pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 não reconhecido nas demonstrações financeiras é de R\$52.574 mil (R\$52.474 mil em 2021 e R\$6.935 mil em 2022).

Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante estava diminuído em R\$484.819 mil (R\$460.238 mil em 2021 e R\$838.126 mil em 2020), o passivo não circulante estava diminuído em R\$88.565 mil (R\$103.802 mil em 2021 e R\$206.396 mil em 2020), o patrimônio líquido estava diminuído em R\$396.254 mil (R\$356.436 mil em 2021 e R\$631.730 mil em 2020), e o lucro líquido do exercício findo nessa data estava diminuído em R\$39.819 mil (aumentado em R\$275.294 mil em 2021 e aumentado em R\$35.524 mil em 2020).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Ênfase**

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3(n) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual informa que, em decorrência dos assuntos descritos na respectiva nota explicativa, os valores correspondentes individuais e consolidados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## *Contabilização e base de consolidação das operações com FIDC*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia constituiu durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o Bemol Crédito Pessoal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”), um fundo de investimento sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores, que tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios por meio da aquisição de carteiras de crédito da Bemol Serviços Financeiros, controlada da Companhia.

A avaliação quanto à venda definitiva de recebíveis é complexa e envolve alto grau de subjetividade que devem endereçar, entre outros aspectos, a transferência de riscos e benefícios dos recebíveis por parte do cedente de acordo com os critérios de desreconhecimento de ativos previstos no pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, ainda que a cessão de direitos creditórios seja feita sem coobrigação, sem direito de regresso, o que a princípio indicaria uma transferência de riscos e benefícios dos recebíveis por parte do cedente. Ademais, quando um veículo estruturado utilizado pertence ao mesmo grupo econômico, cabe aos Diretores julgar se há necessidade de consolidação dessa entidade veículo de acordo com os critérios previstos no pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações consolidadas. Devido a esses aspectos, consideramos a contabilização e a base de consolidação das operações com FIDC como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento das operações com o FIDC, incluindo a transferência de riscos e benefícios dos recebíveis por parte do cedente; (ii) análise do regulamento do fundo, contratos e demais documentos relacionados; (iii) entendimento das características das quotas subscritas no fundo, considerando sua natureza, compromissos e garantias assumidas; (iv) envolvimento de profissionais com experiência no assunto para avaliação do julgamento aplicado pela Administração da Companhia em relação aos critérios de (a) desreconhecimento de ativos previstos no pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e (b) necessidade de consolidação previstos no pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10 - Demonstrações consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a contabilização e a base de consolidação das operações com FIDC são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 28 de março de 2023

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE



Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

## BEMOL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora			Consolidado			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado			Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado
CIRCULANTES							CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	4	51.186	103.683	331.240	94.417	108.819	336.993	13	409.233	311.967	345.900	492.316	311.967	345.900	
Clientes	5	841.563	780.133	733.232	841.563	780.133	733.232	14	189.172	183.053	146.964	189.172	183.053	146.964	
Operações de crédito	6	-	-	-	376.626	126.963	7.268	15	28.658	-	-	28.658	-	-	
Estoques	7	427.811	459.218	410.281	427.811	459.218	410.281	16	51.241	48.012	44.691	52.251	48.522	45.608	
Instrumentos financeiros derivativos	9	4.269	-	-	4.269	-	-	17	28.240	23.184	54.066	32.234	26.445	54.372	
Tributos a recuperar	8	105.167	57.733	50.059	110.448	57.733	50.059	20	76.673	-	-	-	-	-	
Outros ativos		52.451	28.162	14.777	26.823	29.692	15.546	20	125.112	85.315	51.230	125.112	85.315	51.230	
Total dos ativos circulantes		1.482.447	1.428.929	1.539.589	1.881.957	1.562.558	1.553.379	18	38.903	35.755	26.463	38.903	35.755	26.463	
							Arrendamentos a pagar								
							Dividendos a pagar								
							Outros passivos								
							Total dos passivos circulantes								
							1.075.241								
							814.503								
							766.280								
							1.072.943								
							824.472								
							767.939								
NÃO CIRCULANTES							NÃO CIRCULANTES								
Outros ativos		12.842	4.362	11.362	24.377	12.397	14.427		98.151	204.650	163.338	98.151	204.650	163.338	
Instrumentos financeiros derivativos	9	2.584	-	-	2.584	-	-		172.169	200.603	-	172.169	200.603	-	
Tributos a recuperar	8	550.443	502.095	-	550.443	502.095	-	21	-	-	-	177.280	-	-	
Imposto diferido ativo	23	49.753	-	-	35.441	-	-	18	125.635	109.670	99.018	125.635	109.670	99.018	
Depósitos Judiciais		116	88	39	116	88	39	24	-	17.716	-	18.180	-	17.716	
Partes relacionadas	20	108	108	108	-	-	-	19	1.951	1.397	1.030	1,951	1,397	1,030	
Outorgas de permissão		-	-	-	8.564	7.916	6.816		397.906	534.036	281.566	575.186	534.036	281.566	
Investimentos	10	230.181	139.479	21.882	-	-	-								
Imobilizado	12	283.783	270.780	219.626	283.783	270.780	219.626	22	346.000	346.000	203.000	346.000	346.000	203.000	
Direito de uso em arrendamento	11	164.538	145.178	125.516	164.538	145.178	125.516		923.650	761.582	631.519	923.650	761.582	631.519	
Intangível		85	85	125	85	85	125		34.083	34.983	35.882	34.083	34.983	35.882	
Total dos ativos não circulantes		1.294.433	1.062.175	378.658	1.069.931	938.539	366.549								
							PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
							Capital social								
							Reservas e retenção de lucros								
							Ajustes de avaliação patrimonial								
							Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores								
							Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores								
							Total do patrimônio líquido								
							2.776.880								
							2.491.104								
							1.918.247								
							2.951.888								
							2.501.097								
							1.919.928								
TOTAL DOS ATIVOS							TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
							2.776.880								
							2.491.104								
							1.918.247								
							2.951.888								
							2.501.097								
							1.919.928								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BEMOL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	2.903.653	2.711.700	2.568.000	3.044.268	2.776.439	2.577.287
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(2.037.766)	(1.967.313)	(1.739.170)	(2.050.097)	(1.973.611)	(1.739.170)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>865.887</b>	<b>744.387</b>	<b>828.830</b>	<b>994.171</b>	<b>802.828</b>	<b>838.117</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Com vendas	25	(667.027)	(553.117)	(596.254)	(739.331)	(561.743)	(597.876)
Gerais e administrativas	25	(228.805)	(240.869)	(145.859)	(239.973)	(248.324)	(151.771)
Resultado de equivalência patrimonial	10	28.313	23.539	1.091	-	-	-
Outras receitas operacionais	25	122.618	400.532	188.827	129.574	401.040	188.846
<b>Total</b>		<b>(744.901)</b>	<b>(369.915)</b>	<b>(552.195)</b>	<b>(849.730)</b>	<b>(409.027)</b>	<b>(560.801)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>120.986</b>	<b>374.472</b>	<b>276.635</b>	<b>144.441</b>	<b>393.801</b>	<b>277.316</b>
RESULTADO FINANCEIRO	26						
Receitas financeiras		136.245	211.330	94.120	150.652	213.004	94.202
Despesas financeiras		(139.096)	(80.602)	(49.117)	(161.726)	(86.831)	(49.182)
<b>Total</b>		<b>(2.851)</b>	<b>130.728</b>	<b>45.003</b>	<b>(11.074)</b>	<b>126.173</b>	<b>45.020</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>118.135</b>	<b>505.200</b>	<b>321.638</b>	<b>133.367</b>	<b>519.974</b>	<b>322.336</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	-	(124.031)	(94.681)	(922)	(138.803)	(95.381)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	67.006	-	-	52.694	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>185.141</b>	<b>381.169</b>	<b>226.957</b>	<b>185.139</b>	<b>381.171</b>	<b>226.955</b>
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores		-	-	-	2	2	2
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		<b>185.141</b>	<b>381.169</b>	<b>226.957</b>	<b>185.141</b>	<b>381.169</b>	<b>226.957</b>
Média ponderada das ações no exercício (em milhares)	19	350.000	350.000	350.000			
Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$	20	<b>0,53</b>	<b>1,09</b>	<b>0,65</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**BEMOL S.A.**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	185.141	381.169	226.957	185.141	381.169	226.957
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio provisionados	<u>185.141</u>	<u>381.169</u>	<u>226.957</u>	<u>185.141</u>	<u>381.169</u>	<u>226.957</u>
Resultado abrangente total atribuído a:						
Acionistas controladores				185.139	381.169	226.955
Acionistas não controladores				2	2	2
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO				<u>185.141</u>	<u>381.171</u>	<u>226.957</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**BEMOL S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Reservas e retenção de lucros				Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio		Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar			Retenção de lucros	líquido atribuído a participação dos controladores		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		203.000	18.457	48.732	-	424.135	-	36.782	731.106	20	731.126
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	-	(900)	(900)	-	-	(900)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	226.957	-	226.957	2	226.959	
Constituição de reserva legal	20	-	11.361	-	-	(11.361)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	20	-	-	64.678	-	(64.678)	-	-	-	-	-
Constituição de retenção de lucros		-	-	-	-	64.156	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio provisionados	20	-	-	-	-	(33.900)	-	(33.900)	-	-	(33.900)
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	(52.862)	-	(52.862)	-	-	(52.862)
								-			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		203.000	29.818	113.410	-	488.291	-	35.882	870.401	22	870.423
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	-	(899)	(899)	-	-	(899)
Aumento de Capital (reapresentado)	20	143.000	-	-	-	(143.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	381.169	-	381.169	2	381.171	
Constituição de reserva legal	20	-	19.058	-	-	(19.058)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	20	-	-	90.086	-	(90.086)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (reapresentado)	20	-	-	-	163.919	(163.919)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio provisionados	20	-	-	-	-	(40.100)	-	(40.100)	-	-	(40.100)
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	(68.006)	-	(68.006)	-	-	(68.006)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (REAPRESENTADO)		346.000	48.876	203.496	163.919	345.291	-	34.983	1.142.565	24	1.142.589
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos		-	-	-	-	-	(900)	(900)	-	-	(900)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	185.141	-	185.141	2	185.143	
Constituição de reserva legal	20	-	9.257	-	-	(9.257)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	20	-	-	86.934	-	(86.934)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	20	-	-	-	121.097	(53.000)	(533)	67.564	-	-	67.564
Juros sobre o capital próprio provisionados	20	-	-	-	-	(2.220)	(66.180)	(68.400)	-	-	(68.400)
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	(22.237)	-	(22.237)	-	-	(22.237)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		346.000	58.133	290.430	285.016	290.071	-	34.083	1.303.733	26	1.303.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## BEMOL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>							
Lucro líquido do exercício		185.141	381.169	226.957	185.141	381.169	226.955
Ajuste em:							
Depreciação e amortização	25	61.160	46.011	36.975	61.160	46.011	36.975
Juros e variações monetárias de empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos		41.856	27.199	12.673	41.856	27.199	12.673
Juros sobre participação de terceiros em FIDC	21	-	-	-	12.648	-	-
Resultado da baixa de imobilizado e intangível	12	4.362	360	177	4.362	360	177
Ajuste a valor presente		6.774	9.499	2.885	8.550	9.499	2.885
Complemento de provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	25	115.615	62.559	133.934	171.077	66.252	133.934
Provisão para riscos	25	554	367	280	554	367	280
Provisão para perda em estoque	7	6.500	(3.500)	5.190	6.500	(3.500)	5.190
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	124.031	94.681	922	138.803	95.381
Imposto diferido	23	(67.006)	-	-	(52.694)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	10	(28.313)	(23.539)	(1.091)	-	-	-
Juros sobre arrendamentos a pagar	18	20.494	13.293	8.721	20.494	13.293	8.721
Créditos tributados e atualização monetária	8	(47.384)	(437.277)	-	(47.384)	(437.277)	-
<b>Aumento (redução) nos ativos operacionais:</b>							
Cientes		(183.819)	(122.652)	(207.049)	(241.057)	(122.652)	(207.049)
Operações de crédito		-	-	-	(249.663)	(119.695)	(7.268)
Estoques		24.907	(45.437)	(107.255)	24.907	(45.437)	(107.255)
Tributos a recuperar		(48.398)	(72.492)	(34.376)	(53.679)	(72.492)	(34.376)
Outros ativos		(32.811)	(2.692)	(13.689)	(9.760)	(12.114)	(17.922)
Depósitos judiciais		(28)	(49)	(3)	(28)	(49)	(3)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>							
Fornecedores		97.266	(33.933)	114.444	180.349	(33.933)	114.444
Obrigações trabalhistas		3.229	3.321	11.168	3.729	2.914	12.012
Obrigações tributárias		5.056	(2.993)	6.331	4.867	(2.450)	6.352
Partes relacionadas		35.257	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar		45.240	15.107	11.996	25.291	19.769	11.511
<b>Caixa líquido gerado nas operações</b>		<b>245.652</b>	<b>(61.648)</b>	<b>302.949</b>	<b>98.142</b>	<b>(143.963)</b>	<b>293.617</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(151.920)	(70.431)	-	(164.280)	(70.990)
Juros sobre arrendamentos pagos	18	(20.741)	(13.011)	(12.661)	(20.741)	(13.011)	(12.611)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(58.307)	(33.046)	(7.315)	(58.307)	(33.046)	(7.315)
Juros pagos por participação de terceiros em FIDC	21	-	-	-	(12.648)	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>166.604</b>	<b>(259.625)</b>	<b>212.542</b>	<b>6.446</b>	<b>(354.300)</b>	<b>202.701</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>							
Aporte de capital em controladas	10	(62.389)	(94.058)	(10.128)	-	-	-
Aquisição de imobilizado	12	(59.412)	(80.350)	(35.275)	(59.412)	(80.350)	(35.275)
Empréstimos a partes relacionadas		-	-	27	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(121.801)</b>	<b>(174.408)</b>	<b>(45.376)</b>	<b>(59.412)</b>	<b>(80.350)</b>	<b>(35.275)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>							
Captação de empréstimos e financiamentos	14	62.086	105.152	163.200	62.086	105.152	163.200
Debêntures	15	-	200.000	-	-	200.000	-
Fundo de investimentos em direito creditório	21	-	-	-	177.280	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(152.644)	(21.301)	(4.434)	(152.644)	(21.301)	(4.434)
Pagamentos de arrendamentos	18	(19.113)	(18.498)	(17.072)	(19.113)	(18.498)	(17.072)
Dividendos pagos		(442)	(52.862)	(75.487)	(442)	(52.862)	(75.487)
Juros sobre o capital próprio pagos		(28.603)	(6.015)	(5.085)	(28.603)	(6.015)	(5.085)
Partes relacionadas	20	41.416	-	-	-	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>(97.300)</b>	<b>206.476</b>	<b>61.122</b>	<b>38.564</b>	<b>206.476</b>	<b>61.122</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(52.497)</b>	<b>(227.557)</b>	<b>228.288</b>	<b>(14.402)</b>	<b>(228.174)</b>	<b>228.548</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	103.683	331.240	102.952	108.819	336.993	108.445
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	51.186	103.683	331.240	94.417	108.819	336.993
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(52.497)</b>	<b>(227.557)</b>	<b>228.288</b>	<b>(14.402)</b>	<b>(228.174)</b>	<b>228.548</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## BEMOL S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Bemol S.A. (“Bemol” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 1942, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas.

Em 4 de julho de 2019, por meio de reunião de cotistas, foi aprovada a mudança da razão social da Companhia e sua responsabilidade jurídica, passando de Companhia de responsabilidade limitada para sociedade por ações com a nova razão social passando de Benchimol, Irmão & Cia Ltda. para Bemol S.A.

A Companhia opera sob a marca “Bemol”, em lojas físicas que têm como objetivo a representação, importação, distribuição e venda de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, aparelhos de telefonia celular, dentre outros produtos, nacionais e importados. A partir de dezembro de 2016, a Companhia passou a operar também no ramo de drogarias, sob a marca “Bemol Farma” e em 2020 iniciou no ramo de mercado, sob a marca “Bemol Mercado”.

A Companhia possui 86 estabelecimentos, sendo: 15 lojas, 19 drogarias, 3 centros de distribuição e um mercado em Manaus - AM; uma loja e uma drogaria em Itacoatiara - AM; uma loja e uma drogaria em Manacapuru - AM; uma loja e uma drogaria em Presidente Figueiredo - AM; uma loja e uma drogaria em Autazes - AM; uma loja e uma drogaria em Rio Preto da Eva - AM; uma loja e uma drogaria em Codajás - AM; uma loja e uma drogaria em Iranduba - AM; uma loja e uma drogaria em Careiro Castanho - AM; uma loja e uma drogaria em Manaquiri - AM; uma loja e uma drogaria em Parintins - AM; uma loja e uma drogaria em Coari - AM; três lojas, três drogarias e um centro de distribuição em Porto Velho - RO; uma loja e uma drogaria em Ariquemes - RO; uma loja e uma drogaria em Ji-Paraná - RO; uma loja, uma drogaria e um centro de distribuição em Rio Branco - AC; uma loja e uma drogaria em Cruzeiro do Sul - AC; quatro lojas, cinco drogarias e um centro de distribuição em Boa Vista - RR; uma loja e uma drogaria em Rorainópolis - RR; A Companhia também opera no comércio eletrônico, via internet.

Além disso, a Companhia possui participações em sociedades com personalidades jurídicas similares, sendo elas controladas, cujas denominações sociais e as respectivas participações estão demonstradas a seguir:

	Participação acionária %		
	2022	2021	2020
Loteria Estrela de Davi Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Educandos Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Torquato Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Avenida Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Matriz Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%

	Participação acionária %		
	2022	2021	2020
Loteria Bemol Manauara Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Amazonas Shopping Ltda.	99,80%	99,80%	99,80%
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	99,85%	99,85%	99,85%
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	99,90%	99,90%	99,90%
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	100%	100%	100%
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	100%	100%	100%
Loteria Bemol Ji-Paraná Ltda.	100%	100%	100%
Bemol Energia Ltda.	100%	100%	100%
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	100%	100%	100%
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	100%	100%	100%
Bemol Crédito Pessoal - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (a)	20%	0%	0%

As controladas referem-se a lotéricas autorizadas a funcionar pela Caixa Econômica Federal, para as quais foram efetuados pagamentos de outorgas de permissão com autorização de funcionamento pelo período de 20 anos, renováveis por igual período, por uma Correspondente de Instituições Financeiras, a Bemol Serviços Financeiros Ltda, e um projeto de geração distribuída em energia solar, a Bemol Energia Ltda. que ainda não possui atividades operacionais.

(a) Essas cotas representam a totalidade das cotas subordinadas e, na avaliação da Administração, atende a todos os critérios de controle apresentados na nota explicativa nº 3a.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros, exceto por instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### a) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A Administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as empresas consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

#### b) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados como custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, operações de crédito de clientes, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Debêntures e arrendamentos a pagar e passivos financeiros que surgem quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos. Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício.

#### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são: (i) considerações contingentes que podem ser pagas pelo adquirente como parte de uma combinação de negócios; (ii) mantidos para negociação; ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para a recompra no curto prazo.
- Faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- É um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros os quais foram classificados ao valor justo por meio do resultado: Instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que reflitam corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso dos instrumentos da Companhia, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes.

O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do instrumento na moeda de referência. Há três níveis de hierarquia, de acordo com o CPC 46/IFRS 13, o nível 1 tem preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, nível 2 tem preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos e nível 3 cujo dados não são observáveis para o ativo ou passivo. A mensuração do valor justo da Companhia é classificada como nível 2.

#### c) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Conforme descrito na nota explicativa nº 10, a Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, o valor residual e o método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício.
- Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é com base em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.
- Nas movimentações de estoque ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perda por excesso de produção própria, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição.
- Provisão para riscos são reconhecidas quando a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

d) Operações de crédito

Referem-se a ativos financeiros compostos por empréstimos a pessoas físicas para obtenção dos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, mensurado ao custo amortizado. O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

e) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que estes custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nos centros de distribuições da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, construção e custo atribuído, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na nota explicativa nº 10. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

g) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (impairment). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

h) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ): à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

#### i) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

#### Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

#### Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na mensuração taxas nominais observáveis.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Os arrendamentos se referem, preponderantemente, às lojas alugadas pela Companhia.

#### j) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: (i) transfere o controle do produto ou serviço ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais. As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes, ou seja, quando ocorre a transferência do controle. As receitas de serviços são reconhecidas quando for provável que os serviços foram prestados e os benefícios transferidos a Companhia. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### k) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes aos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realizados nas linhas de receitas ou despesas financeiras, no resultado, por meio da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

#### l) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica "Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas" durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

## m) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos efetuados pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", e os juros sobre o capital próprio propostos como distribuição são registrados como passivo na rubrica "Juros sobre o capital próprio a pagar" por serem considerados como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

## n) Reapresentação das informações financeiras comparativas

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram reapresentadas para fins de retificação de erro e melhorias de divulgação em atendimento às orientações do "CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", equivalente ao IAS 8. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e os saldos reapresentados está demonstrado a seguir:

ATIVOS	Controladora			Consolidado		
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021
	(Originalmente Apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente Apresentado)		(Reapresentado)
CIRCULANTES						
Clientes	780.133	-	780.133	907.096	(126.963)	780.133
Operações de crédito	-	-	-	-	126.963	126.963
Outros ativos circulante	648.796	-	648.796	655.462	-	655.462
Total dos ativos circulantes	1.428.929	-	1.428.929	1.562.558	-	1.562.558
Total dos ativos não circulantes	1.062.175	-	1.062.175	938.539	-	938.539
TOTAL DO ATIVO	2.491.104	-	2.491.104	2.501.097	-	2.501.097

ATIVOS	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020
	(Originalmente Apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente Apresentado)		(Reapresentado)
CIRCULANTES						
Clientes	733.232	-	733.232	740.500	(7.268)	733.232
Operações de crédito	-	-	-	-	7.268	7.268
Outros ativos circulante	806.357	-	806.357	812.879	-	812.879
Total dos ativos circulantes	1.539.589	-	1.539.589	1.553.379	-	1.553.379
Total dos ativos não circulantes	378.658	-	378.658	366.549	-	366.549
TOTAL DO ATIVO	1.918.247	-	1.918.247	1.919.928	-	1.919.928

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido originalmente apresentada:

Nota explicativa	Capital social	Reserva para retenção de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		de lucros							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	203.000	488.291	29.818	113.410	35.882	-	870.401	22	870.423
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	-	(899)	-	(899)	-	(899)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	381.169	381.169	2	381.171
Juros sobre o capital próprio	19	-	-	-	-	(40.100)	(40.100)	-	(40.100)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	20.919	-	-	-	(20.919)	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	19	-	-	90.086	-	(90.086)	-	-	-
Constituição de reserva legal	19	-	19.058	-	-	(19.058)	-	-	-
Distribuição de dividendos	19	-	-	-	-	(68.006)	(68.006)	-	(68.006)
Aumento de Capital	19	143.000	-	-	-	(143.000)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	346.000	509.210	48.876	203.496	34.983	-	1.142.565	24	1.142.589

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido reapresentada:

Nota explicativa	Reservas e retenção de lucros					Lucros acumulados	Patrimônio			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	203.000	29.818	113.410	-	488.291	-	35.882	870.401	22	870.423
Realização do custo atribuído, líquido dos impostos	-	-	-	-	-	-	(899)	(899)	-	(899)
Aumento de Capital (reapresentado)	20	143.000	-	-	(143.000)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	381.169	-	381.169	2	381.171
Constituição de reserva legal	20	-	19.058	-	-	(19.058)	-	-	-	-
Constituição de reserva para incentivos fiscais	20	-	-	90.086	-	(90.086)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a realizar (reapresentado)	20	-	-	-	163.919	(163.919)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio provisionados	20	-	-	-	-	(40.100)	-	(40.100)	-	(40.100)
Dividendos propostos	20	-	-	-	-	(68.006)	-	(68.006)	-	(68.006)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (REAPRESENTADO)	346.000	48.876	203.496	163.919	345.291	-	34.983	1.142.565	24	1.142.589

## Demonstração do Fluxo de Caixa:

	Consolidado					
	31/12/2021	Ajustes	31/12/2021	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020
	(Originalmente Apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente Apresentado)		(Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício	381.169	-	381.169	226.955	-	226.955
Ajustes ao lucro líquido	(138.993)	-	(138.993)	296.216	-	296.216
Aumento (redução) nos ativos operacionais:						
Operações de crédito	-	(119.695)	(119.695)	-	(7.268)	(7.268)
Demais aumentos (reduções) nos ativos operacionais	(596.076)	119.695	(476.381)	(320.820)	7.268	(313.552)
Imposto de renda e contribuição social pagos						
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(353.900)	-	(353.900)	202.351	-	202.351
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(80.350)	-	(80.350)	(35.275)	-	(35.275)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	206.076	-	206.076	61.472	-	61.472
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(228.174)	-	(228.174)	228.548	-	228.548
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	336.993	-	336.993	108.445	-	108.445
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	108.819	-	108.819	336.993	-	336.993
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(228.174)	-	(228.174)	228.548	-	228.548

Os ajustes representam os seguintes assuntos: (i) melhoria de apresentação através de reclassificação de operações de crédito, que representam empréstimos realizados a pessoas físicas da controlada Bemol Serviços Financeiros para conta específica; e (ii) reapresentação das destinações do lucro referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conforme proposta da Administração submetida em assembleia geral ordinária de 30 de abril de 2022.

## o) Normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

## Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Adicionalmente, há alterações que modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 / CPC 50: Contratos de Seguros.	Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11).	01/01/2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 8 / CPC 23: Definição de estimativas contábeis	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis. As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis.	01/01/2023, aplicação retrospectiva.
IAS 12 / CPC 32: Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial.	01/01/2023, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	11.249	14.893	14.764	43.208	18.201	19.854
Aplicações financeiras	39.937	88.790	316.476	51.209	90.618	317.139
<b>Total</b>	<u>51.186</u>	<u>103.683</u>	<u>331.240</u>	<u>94.417</u>	<u>108.819</u>	<u>336.993</u>

As aplicações financeiras referem-se basicamente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

## 5. CLIENTES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

### a) Composição dos saldos por tipo de operação:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado	Reapresentado
Contas a receber - Pessoa física	1.476.936	1.248.869	1.146.767
Contas a receber - Pessoa jurídica	12.206	10.721	7.851
Repactuação de contas a receber em atraso	72.113	69.291	69.224
Contas a receber - Cartão de crédito	133.628	182.165	171.008
Cheques devolvidos	701	719	725
<b>Total</b>	<b>1.695.584</b>	<b>1.511.765</b>	<b>1.395.575</b>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(837.748)	(722.133)	(659.574)
Ajuste a valor presente	(16.273)	(9.499)	(2.769)
<b>Total</b>	<b>841.563</b>	<b>780.133</b>	<b>733.232</b>

### b) Movimentação para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa

	Saldo em 31/12/2019	Adição líquida	Saldo em 31/12/2020	Adição líquida	Saldo em 31/12/2021	Adição líquida	Saldo em 31/12/2022
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(525.640)	(133.934)	(659.574)	(62.559)	(722.133)	(115.615)	(837.748)

A Companhia mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de crédito esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber foi ajustado a valor presente utilizando a taxa de juros 13,75% ao ano (9,25% em 2021 e 2,72% em 2020).

Em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia.

Sobre parte do contas a receber de clientes da Companhia incidem juros remuneratórios, cuja taxa média ao ano em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 foi de 13,75%.

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	Controladora e consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado	Reapresentado
A vencer	731.501	699.741	682.795
Vencidos:			
Até 30 dias	51.774	46.265	37.862
De 31 a 90 dias	49.152	41.317	26.371
De 91 a 180 dias	64.743	42.950	25.469
De 181 a 365 dias	107.412	63.344	81.369
Acima de 365 dias	691.002	618.148	541.709
<b>Total</b>	<b>1.695.584</b>	<b>1.511.765</b>	<b>1.395.575</b>

## 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado	Reapresentado
Empréstimos Pessoa Física	431.618	134.251	7.268
Outros ativos	5.939	-	-
<b>Total</b>	<b>437.557</b>	<b>134.251</b>	<b>7.268</b>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(59.155)	(3.693)	-
Ajuste a valor presente	(1.776)	(3.595)	-
<b>Total</b>	<b>376.626</b>	<b>126.963</b>	<b>7.268</b>

Composição dos saldos por idade de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	313.113	119.025	5.822
Vencidos:			
Até 30 dias	16.309	5.219	277
De 31 a 90 dias	33.304	5.305	420
De 91 a 180 dias	36.789	3.053	388
De 181 a 365 dias	27.322	1.264	261
Acima de 365 dias	10.720	385	100
<b>Total</b>	<b>437.557</b>	<b>134.251</b>	<b>7.268</b>

	Saldo em 31/12/2020	Adição líquida	Saldo em 31/12/2021	Adição líquida	Saldo em 31/12/2022
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	(3.693)	(3.693)	(55.462)	(59.155)

## 7. ESTOQUES

Controladora e consolidado

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Mercadorias em lojas	160.293	138.466	102.496
Medicamentos	21.641	16.737	12.689
Mercadorias nacionais e importadas em centros de distribuição	230.794	265.548	263.515
Materiais de consumo	13.276	13.402	8.786
Provisão para perdas de estoques (obsolescência e quebras)	(11.000)	(4.500)	(8.000)
Adiantamento a fornecedores	12.807	29.565	30.795
Total	<u>427.811</u>	<u>459.218</u>	<u>410.281</u>

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020, não há estoques dados em garantia pela Companhia.

A movimentação das perdas por obsolescência:

Em 31 de dezembro de 2019	(2.810)
Constituição	(5.190)
Em 31 de dezembro de 2020	(8.000)
Reversão	3.500
Em 31 de dezembro de 2021	(4.500)
Constituição	(6.500)
Em 31 de dezembro de 2022	(11.000)

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

<u>Controladora</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	21.350	18.564	435
Precatório Pis e COFINS (a)	494.219	437.277	-
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	4.903	4.169	-
ICMS a recuperar	135.138	99.818	49.624
Total	<u>655.610</u>	<u>559.828</u>	<u>50.059</u>
Circulante	105.167	57.733	50.059
Não Circulante	550.443	502.095	-
Total	<u>655.610</u>	<u>559.828</u>	<u>50.059</u>
<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ a recuperar	25.247	18.564	435
Precatório Pis e COFINS (a)	494.219	437.277	-
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	6.290	4.169	-
ICMS a recuperar	135.135	99.818	49.624
Total	<u>660.891</u>	<u>559.828</u>	<u>50.059</u>

Consolidado	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	110.448	57.733	50.059
Não Circulante	550.443	502.095	-
Total	660.891	559.828	50.059

(a) Companhia obteve êxitos nos processos tributários relacionados ao PIS/COFINS. O processo se divide em duas partes principais:

- Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujo trânsito em julgado ocorreu em outubro de 2018. O crédito fiscal retroativo correspondente a este processo, no montante de R\$76.657, foi reconhecido como “outras receitas” durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
- Não incidência do PIS/COFINS nas vendas à Pessoa Física e nas vendas à Pessoa Jurídica dentro da Zona Franca de Manaus, cujo trânsito em julgado ocorreu em setembro de 2019. O valor de principal de crédito fiscal retroativo correspondente a este processo inicialmente calculado pela Companhia foi de R\$611.604. Após a avaliação efetuada pelas autoridades fiscais competentes, o valor não controverso aprovado em favor da Companhia foi de R\$510.331 antes das atualizações monetárias correspondentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu parcialmente, em função da emissão do Precatório, o valor de R\$437.277, sendo R\$303.047 de principal como “outras receitas” e R\$134.230 como receita financeira. Em 2022 a variação da conta representa a atualização monetária do precatório pela taxa Selic registrada como receita financeira no montante de R\$47.384. O valor remanescente não controverso do crédito tributário, cujo principal é de R\$207.284 e o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$432.246 (em 2021, R\$207.284 de principal e R\$407.664 atualizado; em 2020, R\$510.331 de principal e R\$831.191 atualizado), somente será reconhecido pela Companhia quando ocorrer a emissão do respectivo precatório. Os resultados dessas causas estão vinculados ao acordo de acionistas, com previsão de distribuição da totalidade dos ganhos líquidos de impostos.

## 9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia captou empréstimo junto ao Banco Itaú, para prover a sua necessidade de capital de giro. A linha escolhida foi a 4131 em EUR com swap para reais. A Companhia realizou a proteção cambial contratando o Swap.

Descrição	Banco	Vencimento	Taxas	Valor de referência (nacional) - R\$	Posição ativa	Posição passiva	Efeito acumulado	
							até 31/12/2022	até 31/12/2021
-								
Variação cambial - EUR	Itaú	16/09/2024	Euro + 1,08 % x CDI + 1,91% a.a.	60.000	46.975	(42.097)	4.878	(1.128)
Variação cambial - EUR	Itaú	01/04/2024	Euro +1,22% x CDI + 1,82% a.a.	30.000	13.647	(11.672)	1.975	720
Valor líquido a receber (a pagar)							6.853	(408)
Circulante							4.269	-
Não circulante							2.584	(408)
Total							6.853	(408)

Esses instrumentos financeiros foram mensurados a valor justo por meio do resultado e a seguir demonstramos seus respectivos efeitos:

#### Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	(408)
Varição no valor justo	7.261
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>6.853</u>

## 10. INVESTIMENTOS

Participações em Companhias controladas	Controladora		
	2022	2021	2020
Loteria Estrela de Davi Ltda.	1.123	1.021	974
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	1.423	1.134	1.023
Loteria Bemol Torquato Ltda.	1.338	963	722
Loteria Bemol Educandos Ltda.	827	744	620
Loteria Bemol Avenida Ltda.	953	847	780
Loteria Bemol Barroso Ltda.	0	0	493
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	742	633	584
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	448	465	482
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	390	409	430
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	366	308	487
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	404	312	222
Loteria Bemol Matriz Ltda.	884	664	477
Loteria Bemol Manauara Ltda.	765	546	434
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	535	369	219
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	75	74	108
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	699	539	459
Bemol Serviços Financeiros Ltda.	214.727	128.409	12.847
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	630	503	521
Loteria Bemol Ji-Paraná Ltda.	1.159	1.059	-
Bemol Energia Ltda.	1.695	480	-
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	448	-	-
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	550	-	-
<b>Total</b>	<b><u>230.181</u></b>	<b><u>139.479</u></b>	<b><u>21.882</u></b>

Participações em Companhias controladas	Patrimônio Líquido			Capital social			Lucro (Prejuízo) do exercício		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Loteria Estrela de Davi Ltda.	1.126	1.023	974	527	526	527	102	47	(3)
Loteria Bemol Camapuã Ltda.	1.426	1.136	1.024	762	760	762	289	111	56
Loteria Bemol Torquato Ltda.	1.339	965	723	288	287	288	374	241	137
Loteria Bemol Educandos Ltda.	829	745	620	480	479	480	744	124	109
Loteria Bemol Avenida Ltda.	954	849	780	656	655	656	105	68	56
Loteria Bemol Porto Velho Ltda.	744	634	584	595	594	595	110	49	64
Loteria Bemol Rio Branco Ltda.	448	466	482	945	943	945	(18)	(17)	(5)
Loteria Bemol Manacapuru Ltda.	390	410	430	570	569	570	(20)	(21)	46
Loteria Bemol Itacoatiara Ltda.	367	309	323	10	10	10	58	(15)	46
Loteria Bemol Grande Circular Ltda.	405	313	221	127	127	127	92	91	39
Loteria Bemol Matriz Ltda.	886	665	477	139	139	139	220	187	188
Loteria Bemol Manauara Ltda.	767	547	434	425	424	425	220	112	52
Loteria Bemol Am Shopping Ltda.	537	369	218	100	100	100	167	150	85
Loteria Bemol Jatuarana Ltda.	75	74	107	164	164	164	1	(34)	65
Loteria Bemol Nova Cidade Ltda.	700	540	459	468	467	468	1	80	112
Bemol Serviços Financeiros Ltda	228.963	163.409	13.011	167.653	122.225	13.000	25.065	21.997	9

Participações em Companhias controladas	Patrimônio Líquido			Capital social			Lucro (Prejuízo) do exercício		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Loteria Bemol Ariquemes Ltda.	544	503	520	495	495	495	40	(17)	26
Loteria Bemol Ji-Paraná	1.159	1.059	-	1.100	1.100	-	99	(41)	-
Bemol Energia Ltda.	1.695	480	-	50	50	-	1.215	430	-
Loteria Bemol Boa Vista Ltda.	448	-	-	500	-	-	(52)	-	-
Loteria Bemol Ponta Negra Ltda.	550	-	-	550	-	-	-	-	-

### Movimentação dos saldos - participação em Companhias controladas

	Controladora
Em 31 de dezembro de 2019	10.663
Resultado de equivalência patrimonial	1.091
Integralização de capital	<u>10.128</u>
Em 31 de dezembro de 2020	21.882
Resultado de equivalência patrimonial	23.539
Integralização de capital	<u>94.058</u>
Em 31 de dezembro de 2021	139.479
Integralização de capital	62.389
Resultado de equivalência patrimonial	<u>28.313</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>230.181</u>

### 11. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	31/12/2022		31/12/2021	31/12/2020	Taxa média de amortização (a)
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Lojas	191.741	(27.203)	164.538	145.178	17,39%a.a.
Total	<u>191.741</u>	<u>(27.203)</u>	<u>164.538</u>	<u>145.178</u>	

(a) A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

Saldo inicial - 31/12/2019	134.186
(+) Adições	8.348
(-) Amortização do período	<u>(17.018)</u>
Saldo final - 31/12/2020	125.516
(+) Adições	38.160
(-) Amortização do período	<u>(18.498)</u>
Saldo final - 31/12/2021	<u>145.178</u>
(+) Adições	38.473
(-) Amortização do período	<u>(19.113)</u>
Saldo final - 31/12/2022	<u>164.538</u>

## 12. IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Custo Terrenos	49.519	-	-	-	49.519	-	-	-	49.519	-	-	-	49.519
Equipamentos de segurança	4.818	474	-	-	5.292	116	-	-	5.408	426	-	470	6.304
Bens e direitos de uso	1.887	-	-	-	1.887	-	-	-	1.887	-	-	-	1.887
Construções e edificações	133.050	-	-	9.689	142.739	-	-	-	142.739	1.661	-	-	144.400
Benfeitorias	1.274	10	-	-	1.284	-	-	-	1.284	-	-	-	1.284
Instalações	42.973	1.505	-	21.075	65.553	15.620	-	19.198	100.371	5.089	-	39.214	144.674
Equipamentos de processamento de dados	31.055	-	(22)	12.646	43.679	-	(155)	11.826	55.350	5.359	(34)	183	60.858
Equipamentos de telecomunicações	579	34	(3)	-	610	-	-	-	610	1.988	-	-	2.598
Móveis e utensílios	15.337	7.114	(28)	-	22.423	7.041	(12)	-	29.452	6.286	-	5.065	40.803
Veículos	24.469	2.190	(538)	-	26.121	14.306	(205)	-	40.222	10.046	-	86	50.354
Adiantamento a fornecedor	-	2.962	-	-	2.962	1.400	-	-	4.362	-	(4.362)	-	-
Construções em andamento	41.562	20.986	-	(43.410)	19.138	41.867	-	(31.024)	29.981	28.557	-	(45.018)	13.520
Saldo	346.523	35.275	(591)	-	381.207	80.350	(372)	-	461.185	59.412	(4.396)	-	516.201
	Taxa Média Ponderada	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2022
- Equipamentos de segurança	16%	(4.203)	(196)	-	(4.399)	(232)	12	-	(4.619)	(208)	-	-	(4.827)
Bens e direitos de uso	18%	(1.616)	-	-	(1.616)	-	-	-	(1.616)	-	-	-	(1.616)
Construções e edificações	4%	(59.446)	(6.186)	-	(65.632)	(6.233)	-	-	(71.865)	(6.083)	-	-	(77.948)
Benfeitorias	10%	(1.256)	(2)	-	(1.258)	(4)	-	-	(1.262)	(4)	-	-	(1.266)
Instalações	15%	(30.135)	(4.212)	-	(34.347)	(7.940)	-	-	(42.287)	(13.578)	-	-	(55.865)
Equipamentos de processamento de dados	30%	(20.850)	(5.702)	413	(26.142)	(7.427)	-	-	(33.569)	(8.326)	4	-	(41.891)
Equipamentos de telecomunicações	12%	(408)	(22)	1	(429)	(25)	-	-	(454)	(226)	-	-	(680)
Móveis e utensílios	15%	(8.764)	(1.920)	-	(10.684)	(3.003)	-	-	(13.687)	(4.249)	5	-	(17.931)
Veículos	20%	(14.162)	(2.915)	-	(17.077)	(3.969)	-	-	(21.046)	(9.373)	25	-	(30.394)
Saldo		(140.840)	(21.155)	414	(161.581)	(28.833)	12	-	(190.405)	(42.047)	34	-	(232.418)
Imobilizado Líquido		205.683	14.120	(177)	219.626	51.517	(360)	-	270.780	17.365	(4.362)	-	283.783

Perda por redução ao valor recuperável (“Impairment”) e vida útil

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia analisou a recuperabilidade do seu ativo imobilizado impairment e concluiu que não há indicações, internas e externas, de que os ativos possam ter sofrido desvalorização, uma vez que não foram identificados fatores indicativos de perdas. A Companhia também avaliou e não identificou alteração na vida útil dos bens do seu ativo imobilizado.

## 13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de mercadorias	330.221	244.046	291.012
Fornecedores de serviços	73.561	65.401	52.946
Contas a pagar operações cessão de crédito	5.451	2.520	1.942
	<u>409.233</u>	<u>311.967</u>	<u>345.900</u>
	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de mercadorias	330.221	244.046	291.012
Fornecedores de serviços	156.644	65.401	52.946
Contas a pagar operações cessão de crédito	5.451	2.520	1.942
	<u>492.316</u>	<u>311.967</u>	<u>345.900</u>

Contas a pagar operações cessão de crédito

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia autorizou estes fornecedores a realizar cessão de crédito junto a instituições financeiras e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos ou garantias. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. O acordo comercial da Companhia junto a instituição financeira possui determinadas cláusulas de vencimento antecipado, que estão sendo cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor, portanto, estas operações são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional.

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição financeira	31/12/2022	Controladora e consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Bradesco (a)	13.244	13.637	19.426
Banco do Brasil (b)	25.788	21.034	40.221
Banco da Amazônia (c)	69.352	63.994	60.526
Santander (d)	77.442	140.139	81.213
Banco Itaú S.A. (e)	101.497	148.899	93.493
Caixa Econômica Federal (f)	-	-	15.423
Saldo final	<u>287.323</u>	<u>387.703</u>	<u>310.302</u>
Circulante	189.172	183.053	146.964
Não circulante	98.151	204.650	163.338
Total	<u>287.323</u>	<u>387.703</u>	<u>310.302</u>

- (a) Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 1,69% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em novembro/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.244 (R\$13.637 em 2021 e R\$19.426 em 2020).
- (b) Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 2,06% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em setembro/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$9.000 (R\$21.034 em 2021 e R\$30.000 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 7% ao ano + Taxa Média Selic (TMS), com vencimento final em Abril/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$16.788.

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 2,30% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em março/2021, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$10.221.

- (c) Capital de giro em reais (R\$) para ampliação do Centro de Distribuição e implantação de uma filial no Shopping Ponta Negra com juros de 5,66% ao ano + Taxa de Juros de Longo Prazo, com vencimento final em julho/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$4.878 (R\$8.537 em 2021 e R\$12.195 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 7,79% ao ano + Taxa de Juros de Longo Prazo, com vencimento final em Março/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.857 (R\$9.315 em 2021 e R\$16.754 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros atualizado pelo FAM e TFC de 0,29% ao ano, com vencimento final em abril/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.224 (R\$6.468 em 2021 e R\$8.351 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 3,28% ao ano, com vencimento final em março/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$682 (R\$2.984 em 2021 e R\$5.066 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para Financiamento de Obras/Aquisição de bens com juros atualizado pelo FAM e TFC de 0,19% ao ano, com vencimento final em junho/2028, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$19.172 (R\$22.725 em 2021 e R\$18.160 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para Financiamento de Obras/Aquisição de bens com juros atualizado pelo FAM e TFC de 0,17% ao ano, com vencimento final em dezembro/2026, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$5.952 (R\$7.462 em 2021).

Capital de giro em reais (R\$) para Financiamento de Obras/Aquisição de bens com juros atualizado pelo FAM e TFC de 0,43% ao ano, com vencimento final em dezembro/2027, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$15.331 (R\$6.503 em 2021).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros atualizado pelo FAM e TFC de 7,11% ao ano, com vencimento final em Dezembro/2025, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$18.256.

- (d) Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 2,43% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em agosto/2024, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$16.221 (R\$25.067 em 2021).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 1,89% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em novembro/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$10.710 (R\$22.332 em 2021 e R\$30.011 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 1,72% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em setembro/2024, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$50.511 (R\$60.518 em 2021).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 1,36% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em fevereiro/2022, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$21.093.

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 2,32% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em março/2022, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$11.130 (R\$44.333 em 2020).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 5,33% ao ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em março/2021, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$6.869.

- (e) Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 2,10% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em setembro/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$8.319 (R\$12.015 em 2021).

Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 1,67% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em novembro/2023, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$24.885 (R\$52.019 em 2021 e R\$70.025 em 2020).

Empréstimos captados em moeda estrangeira (euro) com incidência de variação cambial e juros de 1,82% ao ano com vencimento final em abril de 2024, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$21.318 (R\$24.565 em 2021).

Empréstimos captados em moeda estrangeira (euro) com incidência de variação cambial e juros de 1,44% ao ano com vencimento final em setembro de 2024, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$46.975 (R\$60.300 em 2021).

Empréstimos captados em moeda estrangeira (euro) com incidência de variação cambial e juros de 5,40% ao ano com vencimento final em março de 2021, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$23.468.

- (f) Capital de giro em reais (R\$) para fluxo de caixa com juros de 2,88% ano + Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com vencimento final em abril/2021, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$15.159.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020, a Companhia firmou junto a algumas das instituições financeiras credoras aditivos contratuais para a prorrogação de vencimento dos pagamentos de principal dos empréstimos e financiamentos.

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 é demonstrada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
31 de dezembro de 2019	146.178
(+) Captação de empréstimos	163.200
(+) Provisão de juros	12.673
(-) Pagamentos principal	(4.434)
(-) Pagamentos juros	(7.315)
31 de dezembro de 2020	<u>310.302</u>
(+) Captação de empréstimos	105.152
(+) Provisão de juros	19.639
(-) Pagamentos principal	(21.301)
(-) Pagamentos juros	(26.089)
31 de dezembro de 2021	<u>387.703</u>
(+) Captação de empréstimos	62.086
(+) Provisão de juros	20.962
(-) Pagamentos principal	(152.644)
(-) Pagamentos juros	(30.784)
31 de dezembro de 2022	<u><u>287.323</u></u>

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>Controladora e consolidado</u> <u>31/12/2022</u>	<u>Controladora e consolidado</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Controladora e consolidado</u> <u>31/12/2020</u>
2022	-	-	68.416
2023	-	75.421	83.005
2024	50.981	129.229	11.917
2025 em diante	47.140	-	-
Total	<u><u>98.151</u></u>	<u><u>204.650</u></u>	<u><u>163.338</u></u>

#### Garantias

As operações de financiamentos possuem como garantias a alienação de bens e terrenos com suas respectivas benfeitorias no montante de R\$54.617.

#### Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos e financiamentos, a Companhia obriga-se a cumprir cláusulas restritivas não financeiras (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. Em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”.

## 15. DEBÊNTURES

	<u>Controladora e consolidado</u>
(+) Captação de debêntures	200.000
(+) Provisão de juros	7.560
(-) Pagamentos juros	<u>(6.957)</u>
31 de dezembro de 2021	200.603
(+) Provisão de juros	<u>27.747</u>
(-) Pagamentos juros	<u>(27.523)</u>
31 de dezembro de 2022	<u>200.827</u>
Circulante	28.658
Não circulante	172.169

- (a) Em 22 de Julho de 2021, a Companhia emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, no montante total de R\$200.000.000,00 e valor nominal de R\$1.000,00 por debênture, com vencimento final em 22 de Julho de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% CDI, acrescida de 2,10 % a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19., “caput”, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

Seguem as características gerais das debêntures da Companhia:

Garantias

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no Artigo 66-B, da Lei nº 4.728/1965, com a nova redação dada pelo Artigo 55 da Lei nº 10.931/2004.

<u>Séries</u>	<u>Qtde. em circulação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Pagamento dos juros</u>
Série única	200.000	100% do CDI + 2,10% a.a. na base 252	Mensal

Cláusulas restritivas

De acordo com a escritura de debêntures, a Companhia obriga-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“covenants”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do período de amortização da dívida, da dívida líquida pelo EBITDA, a qual deve obedecer ao limite de 3 vezes.
- b) Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento com estoques, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia cumpriu com os referidos “covenants”.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2023	-	28.658
2024	68.855	68.778
2025	68.855	68.778
2026	34.459	34.389
	<u>172.169</u>	<u>200.603</u>

## 16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	22.615	21.996	20.427	22.987	22.356	20.768
INSS	2.109	1.987	3.659	2.222	1.849	3.758
FGTS	2.433	1.213	1.349	2.473	1.247	1.381
Provisão para férias e encargos	24.084	22.816	19.256	24.569	23.070	19.701
Total	<u>51.241</u>	<u>48.012</u>	<u>44.691</u>	<u>52.251</u>	<u>48.522</u>	<u>45.608</u>

## 17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS	1.276	1.004	685	1.798	1.084	694
COFINS	5.912	4.698	3.220	9.101	5.183	3.269
IRRF	1.855	2.486	2.637	1.866	2.498	2.641
ICMS	18.760	14.077	18.997	18.760	14.077	18.998
ISS retido na fonte	183	619	440	193	621	440
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	20.039	142	1.927	20.194
Contribuição social sobre o lucro	-	-	7.850	78	719	7.929
Outros impostos a recolher	254	300	198	296	336	207
Total	<u>28.240</u>	<u>23.184</u>	<u>54.066</u>	<u>32.234</u>	<u>26.445</u>	<u>54.372</u>

## 18. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A movimentação do arrendamento a pagar, cuja taxa média de desconto foi de 17,59% ao ano, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

Saldo inicial - 31/12/2019	138.145
(+) Adições	8.348
(+) Atualização monetária	8.721
(-) Pagamento - principal	(17.072)
(-) Pagamento - juros	(12.661)
Saldo final - 31/12/2020	<u>125.481</u>

(+) Adições	38.160
(+) Atualização monetária	13.293
(-) Pagamento - principal	(18.498)
(-) Pagamento juros	(13.011)
Saldo final - 31/12/2021	145.425
(+) Adições	38.473
(+) Atualização monetária	20.494
(-) Pagamento - principal	(19.113)
(-) Pagamento juros	(20.741)
Saldo final - 31/12/2022	164.538
Circulante	38.903
Não circulante	125.635
Saldo	164.538

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	-	16.994
2023	-	19.599	14.797
2024	16.360	19.166	14.434
2025	14.036	17.970	13.071
2026 em diante	95.239	52.935	39.722
Total	125.635	109.670	99.018

#### 19. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A provisão para riscos, em 31 de dezembro, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	451	417	177
Cíveis	1.500	980	853
Total	1.951	1.397	1.030

A movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas está apresentada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	750
Constituição	280
Em 31 de dezembro de 2020	1.030
Reversão	367
Em 31 de dezembro de 2021	1.397
Constituição	554
Em 31 de dezembro de 2022	1.951

Passivos contingentes

A Companhia também figura como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, tributários e cíveis que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas. O valor das causas em 31 de dezembro de 2022 dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 35.314 (R\$7.946 em 2021 e R\$4.298 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2022, o principal processo refere-se a uma causa tributária sobre a apuração de PIS e COFINS do período de junho de 2017 a dezembro de 2018, cujo valor é de R\$ 21.250. Na avaliação da Companhia e de seus assessores jurídicos, a classificação do risco de perda desse processo é possível.

## 20. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2022</u>	
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
<u>Mútuos</u>		
Bemol Serviços Financeiros (a) (controladora)	-	(41.416)
Loteria Bemol Torquato (a) (controladora)	108	-
<u>Outras contas a pagar</u>		
Bemol Serviços Financeiros (b) (controladora)	-	(21.536)
Bemol Crédito Pessoal - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (b) (controladora)	-	(13.721)
Dividendos a pagar (c) (controladora e consolidado)	-	(22.237)
Juros sobre Capital Próprio a pagar (c) (controladora e consolidado)	-	(125.112)
Total em 31 de dezembro de 2022	<u>108</u>	<u>(224.022)</u>

	<u>31/12/2021</u>	
	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>
<u>Mútuos</u>		
Loteria Bemol Torquato (a) (controladora)	108	-
<u>Outras contas a pagar</u>		
Dividendos a pagar (c) (controladora e consolidado)	-	(68.006)
Juros sobre Capital Próprio a pagar (c) (controladora e consolidado)	-	(85.315)
Total em 31 de dezembro de 2021	<u>108</u>	<u>(153.321)</u>

	31/12/2020	
	Ativo não circulante	Passivo circulante
<u>Mútuos</u>		
Loteria Bemol Torquato (a) (controladora)	108	-
<u>Outras contas a pagar</u>		
Dividendos a pagar (c) (controladora e consolidado)	-	(52.862)
Juros sobre Capital Próprio a pagar (c) (controladora e consolidado)	-	(51.230)
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>108</u>	<u>(104.092)</u>

- a) Os saldos referem-se a empréstimos concedidos e recebidos pela Bemol S.A. sem incidência de juros. Os vencimentos dos referidos saldos estão previstos contratualmente para o ano de 2023.
- b) Referem-se a valores recebidos pela Companhia de clientes de suas controladas, Bemol Serviços Financeiros e Bemol Crédito Pessoal - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, decorrente das operações de operações de crédito que são repassados nos dias subsequentes ao seu recebimento sem incidência de juros.
- c) Referente aos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar conforme apresentado na nota explicativa nº 22.

#### Remuneração de pessoal-chave da Administração

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Administração durante o exercício de 2022, incluindo pró-labore e gratificações, foi de R\$ 7.321 (R\$7.779 em 2021 e R\$5.372 em 2020). A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo.

## 21. FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (“FIDC”)

A estrutura de patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Remuneração	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Saldo
Sênior	CDI + 3,5%	132.000.000	1,00711	132.939
Mezanino	CDI + 5%	44.000.000	1,00774	44.341
Subordinadas júnior	Variação da cota	43.859.221	2,02844	88.965
Total				<u>266.245</u>

O Bemol Crédito Pessoal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, é um fundo de investimento sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores e regido pelo Regulamento e disciplinado pela são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O prazo de duração do fundo é indeterminado e seus rendimentos das cotas seniores são pagos mensalmente e mantém o índice de subordinação de 20%.

O FIDC tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais por meio da aquisição de carteiras de crédito da Bemol Serviços Financeiros.

Os direitos creditórios do FIDC são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (“TIR”) dos contratos, pelo critério “pro rata temporis”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios. Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis Estrutura e composição dos fundos.

A movimentação do passivo financeiro com os cotistas seniores e mezanino (a Companhia detém as cotas subordinadas) do Fundo é apresentada a seguir:

	<u>Controladora e consolidado</u>
(+) Captação	177.280
(+) Provisão de juros	12.648
(-) Pagamentos juros	<u>(12.648)</u>
31 de dezembro de 2022	<u><u>177.280</u></u>

#### Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de vencimentos no longo prazo para resgate das cotas possuíam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2022</u>
2024	25.325
2025	<u>151.954</u>
	<u><u>177.280</u></u>

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2021, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da Companhia para R\$346.000, com a capitalização de R\$143.000, oriundos da retenção de lucros da Companhia.

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$346.000 e em 2020 era R\$203.000 e está representado por 350.000.001 ações nominativas, no valor de R\$0,99 (noventa e nove centavos) cada uma em 2022 e 2021 (R\$0,58 em 2020), distribuídos da seguinte forma:

	Nº de ações			Valor R\$			% Participação		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Nora Benchimol Minev	82.009.742	82.009.742	96.009.742	81.072	81.072	55.686	23,43%	23,43%	27,43%
Jaimé Samuel Benchimol	61.507.935	61.507.935	61.507.935	60.805	60.805	35.675	17,58%	17,58%	17,58%
Denis Benchimol Minev	45.552.500	45.552.500	38.552.500	45.032	45.032	22.360	13,03%	13,03%	11,02%
Ilana Benchimol Minev	42.052.500	42.052.500	38.552.500	41.572	41.572	22.360	12,02%	12,02%	11,02%
Eliezer Israel Benchimol	12.732.569	12.732.569	12.732.569	12.587	12.587	7.385	3,64%	3,64%	3,64%
Michel Benchimol	11.596.895	11.596.895	11.596.895	11.464	11.464	6.726	3,31%	3,31%	3,31%
Ghisa Benchimol	11.596.895	11.596.895	11.596.895	11.464	11.464	6.726	3,31%	3,31%	3,31%
Debora Anne Benchimol	10.551.181	10.551.181	10.551.181	10.431	10.431	6.120	3,01%	3,01%	3,01%
Ari Saul Benchimol	10.551.181	10.551.181	10.551.181	10.431	10.431	6.120	3,01%	3,01%	3,01%
Benjamim Saul Benchimol	10.551.181	10.551.181	10.551.181	10.431	10.431	6.120	3,01%	3,01%	3,01%
Gustavo Benchimol	7.957.856	7.957.856	7.957.856	7.867	7.867	4.616	2,27%	2,27%	2,27%
André Felipe Benchimol	7.957.855	7.957.855	7.957.855	7.867	7.867	4.616	2,27%	2,27%	2,27%

	Nº de ações			Valor R\$			% Participação		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Rachel Sobreira Benchimol	5.923.145	5.923.145	5.923.145	5.855	5.855	3.435	1,70%	1,70%	1,70%
Hanna Sobreira Benchimol	5.923.145	5.923.145	5.923.145	5.855	5.855	3.435	1,70%	1,70%	1,70%
Ilko Mintschev Minev	3.123.193	3.123.193	3.123.193	3.087	3.087	1.811	0,89%	0,89%	0,89%
Liana Benchimol Ghelman	1.591.571	1.591.571	1.591.571	1.574	1.574	923	0,45%	0,45%	0,45%
Adriana Benchimol Duek	1.591.571	1.591.571	1.591.571	1.574	1.574	923	0,45%	0,45%	0,45%
Shana Goldberg	6.864.543	6.864.543	1.372.909	6.786	6.786	796	1,96%	1,96%	0,40%
Dany Goldberg	6.864.543	6.864.543	1.372.909	6.786	6.786	796	1,96%	1,96%	0,40%
Nina Clara Benchimol	-	-	10.983.268	-	-	6.371	-	-	3,13%
Marcelo Forma	3.500.000	3.500.000	-	3.460	3.460	-	1,00%	1,00%	0
<b>Total</b>	<b>350.000.001</b>	<b>350.000.001</b>	<b>350.500.001</b>	<b>346.000</b>	<b>346.000</b>	<b>203.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

### Dividendos propostos

É garantido aos acionistas, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A relação dos valores de dividendos distribuídos e propostos está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
	Reapresentado		
Lucro líquido do exercício	185.141	381.169	226.957
Constituição da reserva legal (5%)	(9.257)	(19.058)	(11.361)
Reserva de incentivo fiscal	(86.934)	(90.086)	(64.678)
Lucro líquido ajustado	88.950	272.025	150.918
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	22.237	68.006	37.730
Distribuição de resultados aprovados pelos acionistas (a)	-	-	15.133
<b>Dividendos propostos</b>	<b>22.237</b>	<b>68.006</b>	<b>52.862</b>

- (a) Em 12 de novembro de 2020, foi realizada uma assembleia geral extraordinária, e dentre as deliberações aprovadas, foi deliberada a distribuição do resultado decorrente dos procedimentos de compensação dos créditos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R\$51.213, corrigidos pela SELIC a partir de cada compensação de tributos realizada, até a data de pagamento desses dividendos, ocorrido em 29 de janeiro de 2021 no montante de R\$ 52.862, o qual foi imputado como dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020.

### Destinação do resultado do exercício proposta pela Administração

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
	Reapresentado		
Reserva legal	9.257	19.058	11.361
Reserva de incentivo fiscal	86.934	90.086	64.678
Retenção de lucros	-	-	64.156
Reserva de lucros a realizar	533	163.919	-
Juros sobre o capital próprio provisionados (a)	66.180	40.100	33.900
Dividendos propostos (b)	22.237	68.006	52.862
<b>Total</b>	<b>185.141</b>	<b>381.169</b>	<b>226.957</b>

- (a) Os juros sobre capital próprio provisionados não foram imputados pela Administração aos dividendos mínimos obrigatórios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração deliberou provisionamento de juros sobre capital próprio no montante total de R\$68.400, dos quais utilizou o valor de R\$2.220 do saldo de retenção de lucros.
- (b) Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021 contemplam o valor do dividendo mínimo obrigatório, no montante de R\$68.006, registrado no passivo circulante, em função de sua natureza de obrigação legal e estatutária. Contudo, a Administração da Companhia propôs aos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2022 que aprovou as referidas demonstrações e deliberou sobre a destinação do resultado do exercício, a destinação de parte desse valor, no montante de R\$ 67.564, para a constituição de reserva de lucros a realizar.

#### Juros sobre capital próprio

Conforme deliberado pelos acionistas em Assembleia, foi autorizado que a Administração provisione juros sobre capital próprio, nos termos previstos na Lei, e submeta para aprovação em Assembleia os respectivos pagamentos.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$68.400 (R\$40.100 em 2021 e R\$33.900 em 2020), os quais foram contabilizados em despesas financeiras conforme determinado pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados como distribuição de lucros. Esses juros sobre o capital próprio não foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

#### Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado atribuível aos acionistas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020 conforme o quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Lucro básico e diluído por ação no exercício - em R\$</u>			
Lucro do exercício	185.141	381.169	226.957
Quantidade de ações média ponderada durante o exercício (em milhares)	350.000	350.000	350.000
Resultado por ação - básico e diluído (por lote de mil ações)	0,53	1,09	0,65

Não há potencializador de diluição razão pela qual os resultados são iguais.

## Reservas de lucros

### a) Reserva legal

De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

### b) Reservas de incentivos fiscais

As reservas de incentivos fiscais são geradas pelo crédito presumido do ICMS estabelecido no Decreto nº 20.686/1999 de Manaus - AM. O benefício consiste na restituição de crédito presumido do ICMS na Zona Franca de Manaus, nas operações de venda em operações internas e interestaduais. A reserva é constituída com base nas normas contábeis e a mesma não pode ser distribuída aos acionistas, sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o valor reconhecido como reservas de incentivos fiscais foi de R\$ 86.934 (R\$ 90.086 em 2021 e R\$64.678 em 2020). A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com o início da utilização do referido benefício, a Companhia passou reconhecer essa receita, bem como fazer sua exclusão no cálculo da apuração do imposto de renda e contribuição social, assim como fazer a transferência do referido montante para reserva de incentivo fiscal.

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida no resultado ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- (i) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como redução do custo nos períodos apropriados.
- (ii) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação.
- (iii) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como redução do custo na demonstração do resultado.

### c) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa. Conforme previsto na legislação societária, os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

A Companhia constituiu, com base em proposta da Administração aprovada em assembleia geral ordinária de 30 de abril de 2022, reserva de lucros a realizar composta pelo lucro líquido do precatório nº 0253097-79.2021.401.9187, no valor de R\$284.483, relacionados ao crédito reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 mencionado na nota explicativa nº 8(a) líquido das despesas e dos efeitos fiscais correspondentes, sendo R\$163.919 conforme proposta da Administração na destinação do resultado de 2021, R\$67.564 referente a alteração dos dividendos obrigatórios do exercício de 2021 e R\$53.000 do saldo de retenção de lucros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adicionou R\$ 533 a essa reserva em função das atualizações monetárias líquido das despesas e dos efeitos fiscais decorrentes desse assunto ocorrido no exercício.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de reserva de lucros a realizar era de R\$285.016 (R\$ 163.919 em 2021).

d) Retenção de lucros

Conforme Art. 196 da Lei nº 6.404/76, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. A retenção de lucros com base no orçamento de capital, não é considerada para o cômputo do limite determinado pelo art. 199 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2020, a proposta da Administração de retenção de lucros no montante de R\$64.156 foi ratificada pela assembleia geral ordinária realizada em abril de 2021, a qual deliberou pelo aumento de capital, incluindo o saldo de retenção de lucro de exercícios anteriores, no montante total de R\$143.000.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia utilizou parte da retenção de lucros para constituição de reserva de lucros a realizar no montante de R\$53.000 e o montante de R\$2.220 para fins de provisionamento de juros sobre o capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de retenção de lucros era de R\$290.070 (R\$345.291 em 2021 e R\$488.291 em 2020).

Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (“deemed cost”) aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos e edificações, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente divergia de forma significativa do valor justo destes ativos. A definição dos custos atribuídos foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por Companhia externa, sendo os laudos aprovados pela Administração, e resultou em acréscimo de valor do ativo imobilizado no montante de R\$67.099.

A contrapartida do saldo é registrada diretamente no patrimônio líquido, no grupo de “Ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes. Anualmente a avaliação patrimonial é ajustada pela depreciação de edifícios e realização dos impostos diferidos sobre esse saldo.

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridas pelo regime de competência.

A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro:

	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	118.135	505.200	321.638
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(40.166)	(171.768)	(109.356)
Juros sobre capital próprio	23.256	13.634	11.526
Resultado da equivalência patrimonial	9.641	8.053	371
Receita Subvenção de ICMS	29.558	30.629	21.813
Atualização de créditos tributários - SELIC	16.320	-	-
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidas anteriormente (não constituídos)	16.459	-	-
Outros	11.938	(4.579)	(19.035)
Imposto de renda e contribuição social no exercício			
Corrente	-	(124.031)	(94.681)
Diferido	67.006	-	-
	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	133.367	519.974	322.336
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(45.345)	(176.791)	(109.594)
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidas anteriormente (não constituídos)	16.459	(1.378)	(11.948)
Juros sobre capital próprio	23.256	13.634	11.526
Receita Subvenção de ICMS	29.558	30.629	21.813
Atualização de créditos tributários - SELIC	19.360	-	-
Multas, patrocínios e despesas não dedutíveis	(1.176)	(2.228)	(4.963)
Baixa de estoques danificados	-	(3.363)	(867)
Outros	9.660	694	(1.348)
Total de adições e exclusões permanentes	97.117	37.988	14.213
Imposto de renda e contribuição social no exercício			
Corrente	(922)	(138.803)	(95.381)
Diferido	52.694	-	-

## Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo atribuído ao imobilizado	(17.253)	(17.716)	(18.180)
Prejuízo fiscal e base negativa	45.189	-	-
Provisão de bônus de clientes	10.200	-	-
Ajuste a valor presente	3.944	-	-
Outras diferenças temporárias	<u>7.673</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido	<u>49.753</u>	<u>(17.716)</u>	<u>(18.180)</u>
	Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo atribuído ao imobilizado	(17.253)	(17.716)	(18.180)
Varição valor da cota - Fundo de investimento	(14.312)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa	45.189	-	-
Provisão de bônus de clientes	10.200	-	-
Ajuste a valor presente	3.944	-	-
Outras diferenças temporárias	<u>7.673</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo) fiscal diferido	<u>35.441</u>	<u>(17.716)</u>	<u>(18.180)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia não possuía prejuízo fiscal nem base negativa para contribuição social para constituição de imposto diferido ativo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu imposto diferido ativo sobre a base negativa e o prejuízo fiscal gerados no ano, assim como sobre diferenças temporárias e, conforme projeções, acredita na sua completa realização dentro dos próximos cinco anos conforme projeções a seguir apresentadas:

<u>Ano</u>	<u>IR/CSLL</u>
2023	8.195
2024	8.605
2025 em diante	<u>28.389</u>
Total	<u>45.189</u>

## 24. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	3.211.454	2.969.697	2.804.058	3.211.454	2.972.322	2.804.058
Receitas de operações de crédito	-	-	-	133.848	55.237	2.336
Comissões, garantias e serviços	33.617	24.015	20.904	33.617	24.015	20.904
Remuneração sobre correspondências bancárias	-	-	-	4.744	4.451	4.894
Comissões sobre jogos	-	-	-	4.239	3.346	3.062
Impostos sobre vendas (*)	(207.318)	(161.620)	(150.896)	(208.226)	(162.540)	(151.901)
Abatimentos e descontos	(62.401)	(53.588)	(41.746)	(63.709)	(53.588)	(41.746)
Devoluções e cancelamentos	(71.699)	(66.804)	(64.320)	(71.699)	(66.804)	(64.320)
Total	<u>2.903.653</u>	<u>2.711.700</u>	<u>2.568.000</u>	<u>3.044.268</u>	<u>2.776.439</u>	<u>2.577.287</u>

(\*) Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à COFINS (alíquota de 0% ou 7,6%).

## 25. RECEITAS (DESPESAS) POR NATUREZA

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo das mercadorias vendidas	(2.150.603)	(2.002.716)	(1.799.529)	(2.150.603)	(2.002.716)	(1.799.529)
Subvenção de ICMS	86.934	90.086	64.678	86.934	90.086	64.678
Salários e outros proventos	(196.277)	(174.125)	(147.951)	(199.278)	(176.755)	(150.785)
Encargos sociais	(62.700)	(52.303)	(41.516)	(63.410)	(53.224)	(42.349)
Benefícios a funcionários	(21.021)	(21.380)	(13.062)	(21.053)	(21.380)	(13.062)
Depreciações e amortizações	(61.160)	(46.011)	(36.975)	(61.160)	(46.011)	(36.975)
Despesas com o funcionamento	(28.927)	(25.200)	(18.641)	(28.927)	(25.200)	(18.641)
Serviços prestados por terceiros	(36.790)	(43.407)	(20.757)	(50.590)	(50.771)	(23.044)
Despesas de informática	(58.032)	(58.157)	(38.049)	(58.033)	(58.157)	(38.049)
Manutenção de veículos, edificações e equipamentos	(22.030)	(19.427)	(11.993)	(22.030)	(19.427)	(11.993)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Publicidade e propaganda	(108.122)	(98.932)	(115.307)	(108.122)	(98.932)	(115.309)
Fretes e carretos	(31.733)	(41.057)	(24.755)	(31.739)	(41.057)	(24.755)
Perda de crédito esperada	(115.615)	(62.559)	(133.934)	(171.077)	(66.252)	(133.934)
Crédito fiscal referente aos processos de PIS e COFINS (a)	-	303.047	76.756	-	303.047	76.756
Despesas tributárias	(37.002)	(42.474)	(23.799)	(45.109)	(46.390)	(24.589)
Verba de propaganda	30.216	33.507	12.848	30.216	33.507	12.848
Reversão da provisão para riscos	554	367	280	554	367	280
Outras receitas (despesas)	1.328	(100.026)	(20.750)	(6.400)	(103.373)	(21.519)
<b>Total</b>	<b>(2.810.980)</b>	<b>(2.360.767)</b>	<b>(2.292.456)</b>	<b>(2.899.827)</b>	<b>(2.382.638)</b>	<b>(2.299.971)</b>
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(2.037.766)	(1.967.313)	(1.739.170)	(2.050.097)	(1.973.611)	(1.739.170)
Outras receitas operacionais	122.618	400.532	188.827	129.574	401.040	188.846
Despesas com vendas	(667.027)	(553.117)	(596.254)	(739.331)	(561.743)	(597.876)
Despesas administrativas e gerais	(228.805)	(240.869)	(145.859)	(239.973)	(248.324)	(151.771)
<b>Total</b>	<b>(2.810.980)</b>	<b>(2.360.767)</b>	<b>(2.292.456)</b>	<b>(2.899.827)</b>	<b>(2.382.638)</b>	<b>(2.299.971)</b>

a) Refere-se ao crédito fiscal mencionado na nota explicativa nº 8.

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas financeiras</b>						
Rendimentos de aplicação financeira	5.662	6.241	3.967	9.700	6.286	3.989
Varição cambial ativa	3.977	436	624	3.977	436	624
Juros por atraso	75.714	67.666	67.352	86.046	69.294	67.412
Atualização Financeira s/Créditos Fiscais	47.384	134.230	-	47.384	134.230	-
Outras receitas financeiras	3.508	2.757	22.177	3.545	2.758	22.177
<b>Total</b>	<b>136.245</b>	<b>211.330</b>	<b>94.120</b>	<b>150.652</b>	<b>213.004</b>	<b>94.202</b>

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras						
<u>Despesas financeiras</u>						
Juros pagos ou incorridos	(88.135)	(48.607)	(26.209)	(96.335)	(48.609)	(26.209)
Varição Cambial Passiva	(5.167)	-	-	(5.168)	-	-
Taxas e comissões bancárias	(29.375)	(21.438)	(14.187)	(29.380)	(24.070)	(14.252)
Despesa Ajuste a valor presente	(16.419)	(10.557)	(8.721)	(18.195)	(14.152)	(8.721)
Participação de terceiros em FIDC	-	-	-	(12.648)	-	-
Total	<u>(139.096)</u>	<u>(80.602)</u>	<u>(49.117)</u>	<u>(161.726)</u>	<u>(86.831)</u>	<u>(49.182)</u>
Total	<u>(2.851)</u>	<u>130.728</u>	<u>45.003</u>	<u>(11.074)</u>	<u>126.173</u>	<u>45.020</u>

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
		Reapresentado	Reapresentado		Reapresentado	Reapresentado
<u>Ativos financeiros - custo amortizado</u>						
Caixa e equivalente de caixa	51.186	103.683	331.240	94.417	108.819	336.993
Clientes	841.563	780.113	733.232	841.563	780.133	733.232
Operações de crédito	-	-	-	376.626	126.963	7.268
Partes relacionads	108	108	108	-	-	-
Total	<u>892.857</u>	<u>883.904</u>	<u>1.064.580</u>	<u>1.312.606</u>	<u>1.015.915</u>	<u>1.077.493</u>

	Controladora			Consolidado		
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>						
Empréstimos e financiamentos	287.323	387.703	310.302	287.323	387.703	310.302
Debêntures	200.827	200.603	-	200.827	200.603	-
Fornecedores	409.233	311.967	345.900	492.316	311.967	345.900
Arrendamentos a pagar	164.538	145.425	125.481	164.538	145.425	125.481
Outras contas a pagar	105.773	59.211	44.104	92.061	65.409	44.540
Fundo de Investimentos em direitos creditórios	-	-	-	177.280	-	-
<u>Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</u>						
Instrumentos financeiros derivativos	6.853	(408)	-	6.853	(408)	-
<b>Total</b>	<b><u>1.174.547</u></b>	<b><u>1.104.501</u></b>	<b><u>825.787</u></b>	<b><u>1.421.198</u></b>	<b><u>1.110.699</u></b>	<b><u>826.223</u></b>

## b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

## (i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

## (ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

## (iii) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas à variação de empréstimos e financiamentos e debêntures.

Foi calculado o cenário provável das operações, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2022 utilizando o CDI projetado para o período de um ano divulgado pela B3:

	Cenário provável (CDI)	Valor (R\$)	Risco	Cenário provável (R\$)
Aplicações Financeira	13,42% em um ano	39.937	100% do CDI	(435)
Empréstimos e financiamentos líquidos de swap	13,42% em um ano	186.659	+ 1,87% a.a.	2.035
Debêntures	13,42% em um ano	200.603	+ 2,10% a.a.	2.187
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	13,42% em um ano	177.280	+ 3,88% a.a.	1.932
Exposição líquida				<u>5.718</u>

Cenário provável das operações, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2021 utilizando o CDI projetado para o período de um ano divulgado pela B3:

	Cenário provável (CDI)	Valor (R\$)	Risco	Cenário provável (R\$)
Aplicações Financeira	11,79% em um ano	88.790	100% do CDI	(6.544)
Empréstimos e financiamentos líquidos de swap	11,79% em um ano	324.118	100% do CDI + 1,85% a.a.	23.887
Debêntures	11,79% em um ano	200.000	100% do CDI + 2,10% a.a.	14.740
Exposição líquida				<u>32.084</u>

Cenário provável das operações, a partir do saldo existente em 31 de dezembro de 2020 utilizando o CDI projetado para o período de um ano divulgado pela B3:

	Cenário provável (CDI)	Valor (R\$)	Risco	Cenário provável (R\$)
Aplicações Financeira	2,85% em um ano	316.476	100% do CDI	(285)
Empréstimos e financiamentos	2,85% em um ano	249.776	100% do CDI + 2,41% a.a.	225
Exposição líquida				<u>(60)</u>

(iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

(v) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais estão mencionadas na nota explicativa n 12.

(vi) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
Em 31 de dezembro de 2022:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	255.348	161.497	146.256	1.788	564.888
Fornecedores	413.905	-	-	-	413.905
Partes relacionadas	76.673	-	-	-	76.673
Arrendamentos a pagar	42.552	38.499	87.120	88.258	256.429
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	32.221	224.977	-	257.198
Outras contas a pagar	262.547	-	-	-	262.547
Em 31 de dezembro de 2021:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	244.110	210.133	283.039	6.881	744.163
Fornecedores	314.550	-	-	-	314.550
Arrendamentos a pagar	38.856	16.647	91.451	58.480	205.434
Outras contas a pagar	64.927	-	-	-	64.927
Em 31 de dezembro de 2020:					
Empréstimos, financiamentos	154.915	103.289	83.907	3.927	346.038
Fornecedores	346.064	-	-	-	346.064
Arrendamentos a pagar	28.592	37.112	37.562	63.203	166.469
Outras contas a pagar	44.104	-	-	-	44.104

### c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

#### (i) Índice de endividamento

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa no 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social e reservas, conforme apresentado na nota explicativa no 18).

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro é o seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida	488.150	588.306	310.302	665.430	588.306	310.302
Caixa e equivalentes de caixa	(51.186)	(103.683)	(331.240)	(94.417)	(108.819)	(336.993)
Dívida líquida	436.964	484.623	(20.938)	571.013	479.487	(26.691)
Patrimônio líquido	1.303.733	1.142.565	870.401	1.303.733	1.142.565	870.401
Índice de endividamento líquido	0,34	0,42	(0,02)	0,44	0,42	(0,03)

## 28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado no montante de R\$288.874 com vencimento em janeiro de 2023 (R\$226.519 em 2021).

## 29. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Constituição de juros sobre capital próprio	68.400	40.100	33.900
Arrendamentos	38.473	38.160	8.348
Dividendos propostos e não pagos	22.237	68.006	52.862
Alteração dos dividendos obrigatórios AGO abril 2022	<u>67.564</u>	-	-
Total	<u>196.674</u>	<u>146.266</u>	<u>95.110</u>

## 30. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras em 28 de março de 2023.